

**2018**  
**Plano de Atividades**  
**da Metro Mondego, S.A.**

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 19-10-2017



**metro**  
**mondego**

# PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018

## Índice

1.	INTRODUÇÃO .....	3
2.	PRESSUPOSTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018 .....	5
3.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO .....	8
4.	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO .....	12
	A. Implementação .....	12
	B. Estudos e Planeamento .....	17
	C. Serviços Rodoviários Alternativos .....	19
	D. Comunicação e Marketing .....	20
5.	ORÇAMENTO FINANCEIRO .....	21
6.	PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	27

# 1. INTRODUÇÃO

O **Plano de Atividades e Orçamento (PAeO) para 2018** reflete as obrigações decorrentes da missão que a Metro-Mondego, S.A. (Metro Mondego) está incumbida, sem deixar de refletir as limitações do quadro económico, que infelizmente tem persistentemente afetado o projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), como é conhecido e tem sido expresso nos anos anteriores.

Este quadro esteve na base da decisão de reavaliação das condições e termos da sua realização, visando: a redução dos valores de investimento e a garantia de uma análise (custo-benefício) socioeconómico positiva - imprescindível para assegurar a disponibilização de fundos comunitários - e a consequente revisão do calendário previsto para a sua implementação.

A reavaliação abrangeu um vasto conjunto de ações, incluindo os Grupos de Trabalho 2011 e 2012, a produção pelos serviços da Metro Mondego de diversos relatórios e atualização de estudos referindo-se, de entre eles, os destinados à preparação de candidatura a fundos comunitários, os destinados à tutela e aos acionistas - incluindo a atualização/revisão dos estudos da procura, a análise custo-benefício e a identificação e comparação de soluções técnicas, - os contributos/propostas para o Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA) e, mais recentemente, para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Na sequência dos relatórios solicitados ao LNEC o Governo veio a anunciar em junho de 2017 a solução "Metrobus".

De acordo com o calendário apresentado, para 2018 está previsto a realização de estudos prévios, projetos de execução e a revisão/aprovação de estudos/projetos.

A **superação da situação atual, realização de obras e início da operação**, continuam a ser os **objetivos essenciais**, sendo que para tal será necessário garantir com objetividade e determinação *"decisões e consensos que [possam...] ser adotados, pela Tutela e Acionistas"* e depende, em grande medida, da **disponibilidade e utilização das verbas dos fundos**

**comunitários**, sendo certo que o calendário para a realização do SMM no quadro do Portugal 2020 está já muito “condicionado” por limites temporais muito próximos.

Mas conscientes do compromisso político e da importância que o transporte público de passageiros deve assumir no desenvolvimento do país e da região, “*reduzindo a fatura energética [...] e as emissões de CO2 e aumento da produtividade da sociedade por redução do congestionamento de tráfego*”, como o “*Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020*” e o novo “*Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP)*”, aprovado pela Lei n.º 52/2015 de 9 de junho [tendo em conta as diretrizes europeias estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007], vieram assumir e reforçar.

O “*Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020*” identifica expressamente o projeto do SMM, referindo a necessidade de “*soluções para a concretização deste projeto [...] que ofereçam uma resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações*”.

A **operacionalidade** (melhor solução) do Sistema de Mobilidade do Mondego para a solução Metrobus determinada, incluindo os **modelos de contratação de implementação, exploração e seu financiamento**, serão em **2018 ações essenciais e prioritárias**.

Como se explicita no ponto seguinte “*Pressupostos para a Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento*” os **restantes objetivos** correspondem à necessidade de assegurar a continuação dos **transportes rodoviários alternativos**<sup>1</sup>, cujo novo concurso ocorrerá em 2018, à **abertura do canal da Baixa de Coimbra** e à **integração das políticas municipais de ordenamento do território e de mobilidade**.

É essencial concluir e rentabilizar os avultados investimentos já realizados. Com estudos [revistos e atualizados] e projetos de execução concluídos e um significativo número de obras realizadas - para além de expropriações, demolições e desenvolvimento de estratégias de integração entre a mobilidade e o ordenamento do território - o projeto apresenta uma maturidade absoluta.

Como referimos anteriormente “*a execução do projeto [...deve ser exemplar...] nomeadamente, em termos de planeamento e promoção do transporte público, integração e regulação, financiamento e fiscalização, contribuindo para o reforço da dimensão urbana da*

---

<sup>1</sup> A duração dos transportes rodoviários alternativos, muito para além do inicialmente previsto, exige uma redobrada e adequada atenção, no sentido de procurar minorar as suas limitações, menor atratividade e desconforto.

*política" em sintonia com o sétimo princípio para a reforma da política de coesão da união europeia".*

É nossa convicção que o sucesso e eficácia a alcançar exigem uma disponibilidade e corresponsabilidade de todos os intervenientes. A definição do modelo de relançamento (das obras e subconcessão), depende das decisões que vierem a ser tomadas.

O PAeO 2018 dá cumprimento ao determinado pelo Ofício-Circular da DGTF nº 3708, de 7 de agosto de 2017, ou seja, integra apenas as ações possíveis de realizar, face às dotações disponibilizadas.

Em face dos valores disponíveis e tendo presente o atrás exposto, esta proposta de PAeO não pode incorporar, *per si* e *ab início*, o arranque de novas obras de ILD em 2018.

A redefinição do projeto e do modelo de relançamento, depende, como atrás referido, das decisões que vierem a ser tomadas pelos acionistas da Metro Mondego, das quais poderá decorrer posteriormente a necessidade de rever o PAeO da Metro Mondego em conformidade.

## 2. PRESSUPOSTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018

O presente plano adota como pressupostos os custos incorridos em anos anteriores, os contratos em curso, as melhores estimativas possíveis de obter e na assunção dos critérios abaixo explicitados sobre o desenvolvimento do novo projeto Metrobus proposto para o SMM. Está também presente uma política de contenção de custos, aplicável na medida do possível.

É atribuído no OE de 2018 a verba de 2.000.000 € para o Sistema de Mobilidade do Mondego. Considerando uma cativação igual a anos anteriores, o valor efetivamente disponível traduz-se em 1.950.000 €.

No respeito pelas orientações e adequação às disponibilidades existentes, o PAeO 2018 contempla apenas os investimentos imprescindíveis e possíveis de realizar (face às verbas nesta data disponibilizadas), mas sem deixar de se identificar e sublinhar as prioridades.



A **primeira prioridade** prende-se, naturalmente, com o relançamento e a operacionalização do projeto do SMM, incluindo a definição dos modelos de contratação da implementação, exploração e seu financiamento (candidatura aos fundos comunitários).

O ponto de situação sobre o desenvolvimento do projeto com a solução Metrobus anunciada em junho de 2017 é o seguinte:

- O modelo institucional a adotar para o desenvolvimento do projeto Metrobus não foi ainda definido e aprovado pelos acionistas, em particular não está esclarecido em detalhe o papel que a Metro Mondego desempenhará;
- O **cronograma** de implementação do SMM constante da apresentação de junho de 2017 aponta para uma **fase inicial de estudos prévios** adicionais aos relatórios produzidos pelo LNEC e Infraestruturas de Portugal (IP), necessários ao desenvolvimento do projeto de execução, a que se seguirá a **realização de novo RECAPE** (Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução) para todo o empreendimento e **lançamento de concursos para a construção das infraestruturas**;
- Em reunião havida entre a IP e a Metro Mondego em junho de 2017, a IP informou que, no quadro da incumbência do governo, já iniciara a realização dos estudos prévios e projeto de execução de infraestruturas do SMM, no troço Alto de São João - Serpins, sugerindo-se que, apesar de atualmente ainda não estar identificada a entidade promotora do projeto, a Metro Mondego poderá iniciar desde já a participação no projeto através da articulação com a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) a nível de decisões pendentes sobre a integração do traçado do SMM na zona urbana de Coimbra fora do canal ferroviário existente, designadamente nos troços da Linha do Hospital e Variante da Solum, podendo justificar-se a realização de novos estudos de tráfego.

Neste contexto, e embora não existindo indicações precisas e concretas da tutela setorial sobre as atividades a realizar em 2018, a Metro Mondego assumiu para elaboração do PAeO de 2018 que iria participar na realização dos estudos prévios do projeto Metrobus, particularmente nos relativos à zona urbana de Coimbra para a qual subsistem as indefinições referidas. A Metro Mondego assumiu ainda que terá um papel similar ao definido para o projeto de metro ligeiro de coordenadora global do projeto, incluindo a gestão e articulação dos diferentes projetos, a candidatura a fundos comunitários e a preparação de concursos para a implementação do SMM.

Este entendimento e objetivos foram oportunamente transmitidos à Tutela.

A **segunda prioridade**, prende-se com a continuação dos serviços rodoviários alternativos, enquanto não for reposto o serviço. Mais que uma prioridade, trata-se de uma exigência e uma necessidade que, infelizmente, se tem vindo a prolongar no tempo. A atenção principal vai para a qualidade (possível) do transporte. A duração dos transportes rodoviários alternativos, muito para além do inicialmente previsto, exige uma redobrada e adequada atenção, no sentido de procurar minorar as suas limitações, menor atratividade e desconforto.

Assinale-se que a 1 de setembro de 2018, na sequência do concurso a desenvolver pela CP com a colaboração da Metro Mondego, e atendendo aos resultados do Inquérito à Satisfação dos Clientes dos Serviços Alternativos realizado em Junho de 2017, terá início um novo contrato (duração de três anos), mantendo a Metro Mondego a responsabilidade do pagamento dos respetivos encargos.

A **terceira prioridade** decorre da situação em que se encontram os projetos e a abertura do canal da Baixa de Coimbra, que tem vindo a contribuir (a par da interrupção dos trabalhos na Linha da Lousã) para a atual imagem negativa. Situação que importa ultrapassar e que tem vindo exigir custos significativos - com tendência para se agravarem - para garantir a segurança física e patrimonial e que a Metro Mondego está a suportar.

Aguarda-se a deliberação da Assembleia Geral relativamente à proposta elaborada pela Metro Mondego de participação no "Fundo Especial Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I".

A sua resolução apresenta vantagens múltiplas contribuindo para corrigir o "descrédito e a paralisia" que continuam a pairar sobre o projeto, bem como, para o sucesso da requalificação do centro histórico da cidade de Coimbra, classificado como património da Unesco: Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Deve reconhecer-se que para a sua superação a colaboração entre a Metro mondego e o município de Coimbra se mostram particularmente relevantes, como já ocorreu com o protocolo para permitir a realização pela CMC da 1ª fase das infraestruturas da Via Central.

**Em paralelo** deverão prosseguir as ações de demonstração de integração das políticas municipais de ordenamento do território e de mobilidade, bem como da promoção do transporte coletivo e mobilidade sustentada, contribuindo assim eficazmente para a garantia da procura e sucesso do projeto.

Deve, igualmente, ser referida a possibilidade de participação no Fundo, pela entrega das parcelas sobranes - necessárias à implantação do canal na Baixa de Coimbra - com a assunção do direito de venda diferida, em prazo a determinar.

Em face dos valores disponíveis e tendo presente o atrás exposto, esta proposta de PAeO não pode incorporar a realização de todas as atividades que previsivelmente caberão ao promotor do projeto do SMM em 2018.

A definição do modelo institucional para a implementação do projeto do SMM depende, como atrás referido, das decisões que vierem a ser tomadas pelos acionistas da Metro Mondego, das quais poderá decorrer posteriormente a necessidade de rever o PAeO da Metro Mondego em conformidade.

### 3. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

Para 2018, os custos de exploração e de funcionamento observam as orientações para o Setor Empresarial do Estado tanto ao nível remuneratório como ao nível de custos de funcionamento. A estrutura de pessoal para 2018 prevê o reforço de dois elementos na área técnica para o acompanhamento e implementação do projeto Metrobus.

Para além disso, está em processo de autorização a admissão de dois recursos (um a ocorrer ainda em 2017 e outro no decurso de 2018) que não incrementam postos de trabalho porque resulta do processo de substituição e são para repor as funções em exercício.

O envolvimento da empresa na implementação do projeto resulta no incremento da atividade global que provocará o aumento dos custos de fornecimentos e serviços externos, até agora minimizados.

Apesar disso, manter-se-á presente a observância de controlo de custos.



Em termos globais os valores envolvidos resumem-se ao que se apresenta no quadro seguinte em SNC:

ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO (€)	
<b>Pessoal</b>	564.575
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	165.350
<b>Equipamento Fixo (hardware e software)</b>	31.500
<b>Total</b>	<b>761.425</b>

Os custos com pessoal incorporam o reforço no quadro de pessoal, atrás referido. Face à estimativa de execução para 2017 (453.071 €) é natural registar-se o incremento de valor. Refira-se que na estrutura de custos está permanentemente presente a dinâmica de contenção. Comparativamente a 2010, orçamenta-se uma execução a 80% dos custos de Pessoal e FSE's, representando, comparativamente, uma poupança de 20,2 %.

A repartição dos gastos na lógica de projetos (abordagem analítica interna) são os seguintes:

REPARTIÇÃO DOS GASTOS POR PROJETOS (€)	
<b>Gestão e Órgãos Sociais</b>	120.487
<b>Pessoal</b>	476.413
<b>Funcionamento</b>	157.920
<b>Formação</b>	5.930
<b>Marketing</b>	675
<b>Total</b>	<b>761.425</b>

Incluímos na rubrica de funcionamento o investimento em hardware e software, para substituição, nomeadamente de equipamentos com mais de 7 anos e software de utilizadores não atualizado há mais de 10 anos, entre outros.

No que se refere a ações de publicidade de âmbito geral, (Comunicação e Marketing) não existe expressividade, mantendo-se apenas gastos residuais (Espaço Metro).

É importante referir que a Metro Mondego é uma empresa de projeto e por este motivo não tem capacidade de gerar receitas. De igual modo, não existem indemnizações compensatórias nem subsídios à exploração.

A Metro Mondego não tem linha de financiamento em curso nem está previsto recorrer (exceto se houver orientação do Estado).

A estrutura de recursos humanos existentes na empresa reflete o limiar mínimo que possibilitou garantir um adequado acompanhamento das várias áreas de projeto e funcionamento da empresa em fase de definição.

O incremento da estrutura de Recursos Humanos (2 elementos) acontecerá com o envolvimento da empresa na implementação do projeto e após autorização da Tutela.

Não existem benefícios pós-emprego.

Não estão expressamente contempladas atualizações remuneratórias.

GASTOS COM PESSOAL (€)	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
							Valor %
	<i>Execução</i>	<i>Execução</i>	<i>Execução</i>	<i>Estimat</i>	<i>Previsão</i>	<i>Previsão</i>	<i>Previsão</i>
<b>Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)</b>	<b>438.847</b>	<b>427.428</b>	<b>457.325</b>	<b>453.071</b>	<b>564.575</b>	<b>111.504</b>	<b>24,6 %</b>
<b>(a) Gastos com Órgãos Sociais</b>	104.050	104.106	110.447	114.357	114.647	290	3,3 %
<b>(b) Gastos com Cargos de Direção</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>(c) Remunerações do pessoal</b>	324.454	314.540	337.556	329.760	436.236	106.476	32,3 %
<b>(i) Vencimento base + S. Férias + S. Natal</b>	314.627	304.470	328.114	314.860	417.906	103.046	32,7 %
<b>(ii) Outros subsídios</b>	9.827	10.070	9.442	14.900	18.330	3.430	23,0 %
<b>... impacto reduções remuneratórias/suspensão sub. em cada ano</b>	21.957	13.329	0	0	0	0	0
<b>(d) Benefícios pós-emprego</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>(e) Restantes Encargos</b>	10.343	8.782	9.322	8.954	13.692	4.738	52,9 %
<b>(f) Rescisões/Indemnizações</b>	0	0	0	0	0	0	0

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/2017	
							Valor %
<b>Nº Total RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)</b>	13	13	13	12	15*	3	25,0 %
<b>Nº Órgãos Sociais</b>	3	3	3	3	3	0	0
<b>Nº Cargos Direção sem OS</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Nº Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção</b>	10	10	10	9	12	3	33,3 %
<b>Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-

\* Representa a contratação de 2 recursos para reforço do Departamento Técnico e substituição de um recurso por falecimento.

No quadro seguinte mostra-se a evolução dos gastos de estrutura:

GASTOS DE ESTRUTURA (€)	2014	2015	2016	2017	2018	Var 2018/2017	
	<i>Execução</i>	<i>Execução</i>	<i>Execução</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Proposta</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
<b>CMVMC</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>FSE</b>	124.911	116.173	115.988	156.530	165.350	8.820	5,6 %
Comunicações	3.378	3.454	3.642	4.920	5.640	720	14,6 %
Deslocações/Estadas	896	323	891	3.000	5.760	2.760	92,0 %
Ajudas de Custo	0	0	0	0	0	0	
<b>Gastos c/ pessoal s/ indemnizações</b>	438.847	427.428	457.325	453.071	564.575	111.504	24,6 %
<b>Total (1)</b>	<b>563.759</b>	<b>543.601</b>	<b>573.313</b>	<b>609.601</b>	<b>729.925</b>	<b>120.324</b>	<b>19,7 %</b>
<b>Volume Negócios (VN)(2)</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subsídios e Ind. Compensatórias</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Peso dos Gastos/VN (1)/(2)</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Assiste-se a um aumento generalizado de gastos com a estrutura que resulta do esperado incremento de atividade no âmbito da implementação do projeto Metrobus.

A Metro Mondego não tem definido o pagamento de ajudas de custo.

No que se refere à frota automóvel, a Metro Mondego é proprietária de 3 veículos ligeiros de passageiros (com 12, 8 e 5 anos de matrícula). O quadro abaixo identifica os custos associados no passado e previstos para 2017.

GASTOS COM FROTA AUTOMÓVEL (€)	2014	2015	2016	2017	2018	Var 2018/2017	
	<i>Execução</i>	<i>Execução</i>	<i>Execução</i>	<i>Estimativa</i>	<i>Proposta</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
<b>Seguro</b>	1.278	1.330	1.304	1.320	1.400	80	6,1 %
<b>Revisões</b>	269	1.066	431	1.400	1.000	-400	-28,6 %
<b>IUC</b>	313	313	313	315	325	10	3,2 %
<b>Portagens</b>	350	254	314	400	n.i	---	---%
<b>Combustíveis</b>	1.639	1.301	1.180	1.400	5.400*	4.000	285,7 %
<b>Estacionamento</b>	107	49	92	100	n.i	---	--%
<b>Nº Veículos</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	-	-

\* A previsão orçamental para a rubrica de combustíveis em 2017 era de 4.300€. Para 2018 a estimativa apresentada é reforçada devido a um previsível acréscimo de deslocações.

## 4. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

O orçamento contemplado neste Plano de Atividades para 2018 contempla, por um lado, atividades e compromissos assumidos com a gestão do projeto, a manutenção de infraestruturas e os serviços rodoviários alternativos em funcionamento desde a supressão do serviço ferroviário. Por outro lado, o relançamento do projeto SMM, com a nova solução Metrobus anunciada pelo governo em junho de 2017, envolve a realização de estudos prévios adicionais aos estudos já realizados pelo LNEC e IP, necessários à elaboração do projeto de execução e ao lançamento de concursos para a implementação do SMM. A identificação precisa das atividades a realizar em 2018 pela Metro Mondego para implementar o projeto Metrobus deverá ocorrer no quadro da tomada de decisões pela Tutela e acionistas da Metro Mondego sobre o modelo institucional a adotar para o desenvolvimento do projeto, incluindo a identificação das entidades envolvidas e do seu papel. O presente Plano de Atividades pressupõe os objetivos e entendimento atrás descritos e que essas decisões serão tomadas até ao início de 2018 e que em 2018 serão realizadas atividades de elaboração de estudos prévios e projetos de execução, de candidatura a fundos europeus e de preparação de concursos para a implementação do SMM.

Enquadrando a componente orçamental focada no investimento na lógica dos projetos (componente analítica) temos a estrutura seguinte:

### A. Implementação

#### A.1 Interfaces e Integrações Funcionais

Os espaços urbanos resultantes da construção das integrações funcionais das estações executadas no âmbito das empreitadas de Alto São João - Miranda do Corvo e Miranda do Corvo - Serpins, e ainda das Interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, são de uso público e têm manutenção assegurada pelas Câmaras da lousã e Miranda do Corvo, segundo os protocolos propostos pela Metro Mondego e assinados entre estas Autarquias e a IP para a gestão e manutenção dos espaços de uso público.

Aguarda-se, ainda, a pronúncia da Câmara Municipal de Coimbra sobre as propostas de protocolos apresentadas, para a gestão e manutenção desses espaços dentro do município de Coimbra.

Com a colaboração dos serviços técnicos da Metro Mondego, as autarquias, têm garantido a efetiva utilização desses espaços públicos e a gestão e manutenção eficaz dos mesmos.

Nos troços de canal dentro do perímetro urbano dos municípios da Lousã e Miranda do Corvo, tem também existido uma colaboração por parte destas autarquias na manutenção do canal, nomeadamente no que respeita á desmatização.

Nos restantes troços, a manutenção é feita pontualmente pela IP, de acordo com as reclamações recebidas e pontos críticos identificados. As reclamações são em geral remetidas à Metro Mondego e Autarquias que as comunicam à IP após verificação no local.

Assinale-se, ainda, que nos temos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Lei n.º 568/99 de 23 de dezembro as intervenções realizadas com os restabelecimentos rodoviários passaram para domínio municipal.

Tendo por base as plantas cadastrais das integrações funcionais e interfaces, elaboradas pela Metro Mondego e colocadas à consideração das Câmaras e IP, com a identificação das áreas que integrarão o Domínios Público Municipal (DPM) e Ferroviário/privado (DPF/Metro Mondego), foi concluído, durante 2017, o processo de inscrição nas finanças e registo na conservatória que iniciou em 2016 das parcelas adquiridas pela Metro Mondego para a construção dos interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã , autonomizando as áreas exclusivamente de uso público das pertencentes ao canal do Sistema de Mobilidade do Mondego.

## **A.2 Libertação Baixa Coimbra, Arqueologia e Acompanhamento Técnico Construção Edifícios**

A.2.1. O projeto incluiu a abertura do canal para o atravessamento da Baixa de Coimbra - já aprovado em sede de RECAPE, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), pela tutela do Património e pela Autarquia - inserido na ligação essencial à Universidade (Polo I e Polo III) e aos Hospitais da Universidade (Linha do Hospital).

Para a sua execução foi emitida, em 2004, uma Declaração de Utilidade Pública (DUP) para a área compreendida entre a Avenida Aeminium e a Rua da Sofia, tendo a Metro Mondego procedido à aquisição dos prédios necessários à execução do projeto<sup>2</sup>.

Este território está inserido na área classificada pela UNESCO, em Julho de 2013, como Património da Humanidade (Universidade de Coimbra - Alta e Sofia) e, parcialmente, na primeira Unidade de Execução da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), incluída na requalificação urbana prevista para a Baixa de Coimbra que se encontra profundamente degradada, tendo o Documento Estratégico aprovado.

A execução do Projeto do SMM e do documento estratégico considerou a utilização e requalificação das parcelas sobrantes, prevendo a construção de um conjunto de novos edifícios, respeitando o projeto e estudos da Metro Mondego, com benefícios mútuos: por um lado pela atratividade e valorização dos acessos que potencia para o SMM (acentuada pela presença da estação), por outro lado, pelo seu (do SMM) papel na valorização da intervenção de requalificação desta área da cidade de Coimbra.

Após a decisão da Tutela de que a Metro Mondego centre sua intervenção na execução da infraestrutura (e sua integração funcional), sem prejuízo da possibilidade de alienação das parcelas sobrantes<sup>3</sup> e satisfação das condições aprovadas para os designados edifícios 1 e 2, em particular, garantido a disponibilização do espaço de atravessamento (edifício ponte), tem a Metro Mondego vindo a realizar um conjunto de procedimentos administrativos no sentido de concretizar a participação da Metro Mondego, no *"Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana, Coimbra Viva I"* criado pela SRU, com a entrega das parcelas sobrantes.

Na sequência da decisão da Assembleia Geral, de *"manifestar acordo de princípio à alienação das parcelas sobrantes da Metro Mondego e participação no Fundo Especial de Investimento*

---

<sup>2</sup> Estes prédios (também designados por parcelas) foram oportunamente adquiridos pela Metro Mondego e encontram-se já, em grande medida, demolidos, com exceção dos edifícios com frente para a, Praça 8 de Maio, Rua Da Sofia e Rua Nova que, nos termos do RECAPE, serão objeto de obras de requalificação incluindo a construção do edifício ponte.

Para a sua implantação serão, ainda, ocupadas algumas parcelas propriedade da CMC, estando a sua utilização assegurada no quadro de Protocolo celebrado em 28 de Junho de 2002 entre a Metro Mondego e a CMC.

O conjunto destes prédios/parcelas reparte-se em duas áreas: a estritamente necessária para o canal ferroviário (construção das duas linhas, estação e integração funcional - circulação pedonal e rodoviária); e a sobrante, correspondente a prédios/parcelas que tendo sido necessário (obrigatório) adquirir face às condições físicas e tipológicas das construções e ao cadastro existente, não são necessárias para a implementação do SMM e poderão ser alienadas sem por em causa o objeto da concessão.

<sup>3</sup> De acordo com o parecer emitido pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) em 31 de Dezembro de 2010 (informação 1466 remetida à Metro Mondego pelo ofício GAC/2010), a Metro Mondego *"poderá haver lugar [poderá proceder] à alienação dos bens, mediante a autorização prévia do Ministro da Tutela, nos termos do nº4 da Base 6, a qual deverá ser concedida na perspetiva de ficar garantido o desempenho da atividade desenvolvida na concessão"*.



*Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I (Fundbox) condicionado...*”, a Metro Mondego elaborou e enviou para deliberação da Assembleia Geral a proposta de participação da Metro Mondego no "Fundo Especial Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I" por entrega em espécie (parcelas sobrantes da Metro Mondego / Baixa de Coimbra) bem como das condições que a mesma deve satisfazer.

Durante o ano de 2017 concluiu-se o registo destas parcelas sobrantes, com capacidade construtiva, autonomizadas das destinadas à utilização pública e canal ferroviário, na Conservatória de Registo Predial ficando devidamente identificadas todas as parcelas/prédios com áreas registadas como parcelas estritamente necessárias para o canal e sobrantes, de forma a que estas ultimas possam integrar a participação no Fundo Imobiliário atrás referido.

Foi promovida e efetuada uma avaliação das parcelas sobrantes, por entidade independente com parecer de ROC exterior à Metro Mondego, através da qual se calculou/estimou o valor do investimento associado, tendo-se, posteriormente, submetido, conjuntamente com os restantes termos de participação no Fundo Imobiliário, à apreciação da tutela.

A.2.2. Até aquela concretização a Metro Mondego tem o dever de assegurar a conservação dos seus prédios. Desta obrigação resulta a necessidade de dar continuidade ao plano de instrumentação e monitorização já definido e implementado e a realização de um conjunto de trabalhos de conservação e manutenção das condições de segurança e estabilidade do edificado, até à sua demolição e/ou reconstrução. A necessidade desses trabalhos decorrerá das conclusões das ações de monitorização efetuadas.

A.2.3. O Município de Coimbra manifestou (desde 2014), a intenção de realizar no troço entre a Av. Fernão de Magalhães e a Rua da Sofia, uma intervenção qualificadora, tendo a elaboração dos projetos merecido a colaboração e acompanhamento da Metro Mondego, considerando que os mesmos, na sua versão final respeitam o projeto e as condições do RECAPE, correspondem a uma primeira fase e antecipam os trabalhos previstos do SMM: incluindo as faixas de circulação pedonal, a via rodoviária e as infraestruturas enterradas e caminhos de cabos - apenas com exceção da infraestrutura ferroviária, sistemas técnicos e catenárias - reservando-se espaço e as condições para, em fase subsequente, serem aquelas executadas pela Metro Mondego, sem custos acrescidos.

Esta “antecipação” (primeira fase associada à abertura do canal) permite, no entendimento da Metro Mondego e desde que fique assegurado o cumprimento de todas as obrigações e

compromissos existentes, em particular, a DIA (Declaração de Impacte Ambiental) e o RECAPE, suas condicionantes e todos os estudos e projetos elaborados e aprovados, que não se tenha de aguardar pela execução da totalidade da Linha do Hospital para assegurar a qualificação de uma área integrada na zona classificada como Património da Humanidade.

A intervenção da CMC terá de decorrer em duas etapas. A primeira desenvolve-se em espaço canal aberto, entre o Largo das Olarias e a Rua Direita, e a segunda entre a Rua Direita e a Rua da Sofia.

A segunda etapa só poderá ocorrer com a demolição/remodelação, dos edifícios propriedade da Metro Mondego, sitos na Travessa da Rua Nova, Rua Nova, Praça 8 de Maio e Rua da Sofia (que inclui o edifício ponte), de acordo com os projetos já aprovados e licenciados e que integram o RECAPE.

Em colaboração com a Autarquia, prepararam-se os elementos de projeto e restantes documentos que justificam a conformidade da intervenção no que diz respeito ao cumprimento do disposto na DIA e no RECAPE, que foram entregues à APA e Tutela para apreciação.

A APA, após uma análise com o contributo técnico da DRCC e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), considerou que a Intervenção entre a Rua da Sofia/Av. Fernão de Magalhães, da Autoria da Câmara Municipal de Coimbra, permite assegurar a necessária compatibilização com o Projeto de Execução do Sistema de Mobilidade do Mondego – Linha do Hospital – Troço Av. Aeminium/Câmara Municipal de Coimbra, considerando não haver impedimento à concretização do projeto de intervenção, salvaguardando o cumprimento das medidas aplicáveis da DIA, RECAPE e respetivos pareceres.

Foi aprovado e celebrado um protocolo entre a Autarquia e a Metro Mondego que permita à CMC a realização da obra em prédios adquiridos pela Metro Mondego, estabelecendo as condições para a sua realização e assegurando o acompanhamento da obra pela Metro Mondego.

Na sequência do protocolo e parecer da APA a CMC procedeu à consignação da Empreitada da «Via Central (Nova Mobilidade na Baixa - Espaço Público Av. Fernão de Magalhães/Rua da Sofia) - 1.º Troço», tendo a empreitada já sido iniciada.

A.2.4. A Metro Mondego prevê ainda efetuar as seguintes ações relativas à Libertação do Canal da Baixa de Coimbra:

- Dar continuidade ao plano de Instrumentação e monitorização implementado, nos edifícios, fachadas e paredes propriedade da Metro Mondego na Baixa de Coimbra;
- Providenciar e executar trabalhos de conservação e manutenção dos edifícios fachadas e paredes da Metro Mondego na Baixa, elaborando memórias descritivas e cláusulas técnicas, para inclusão em caderno de encargos de empreitada das medidas definidas, nomeadamente, nas conclusões das ações de monitorização e nos Relatórios de Consultoria Técnica e a efetuar a curto prazo;
- Analisar e emitir parecer sobre projetos promovidos por entidades particulares e públicas, para as imediações do canal do SMM na baixa de Coimbra de modo a garantir a sua compatibilidade com o projeto do SMM;
- Acompanhar a execução dos projetos e obras dos edifícios das parcelas sobrantes (que inclui os edifícios 1 e 2 - Edifício Ponte na Rua da Sofia) de modo a garantir o cumprimento dos projetos aprovados e os acordos indemnizatórios com os estabelecimentos comerciais aí instalados;
- Desenvolvimentos dos procedimentos e trabalhos previsto no Protocolo celebrado com a CMC e relativos à alienação das parcelas sobrantes (participação no fundo imobiliário criado);
- Acompanhar o projeto promovido pela CMC no canal, entre a Av. Fernão de Magalhães e a Rua da Sofia;
- Providenciar e executar a manutenção e limpeza dos terrenos onde já ocorreram as demolições, nomeadamente a manutenção da vedação do referido terreno.

## B. Estudos e Planeamento

### B1. Mobilidade e Integração com o Ordenamento do Território

#### B1.1. Memorandos

A Metro Mondego tem vindo a desenvolver numa estratégia de colaboração com as Autarquias de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, incluindo a elaboração de estudos e

metodologias no sentido de encontrar soluções de integração das políticas de mobilidade e (re)ordenamento do território, capazes de possibilitar a obtenção da máxima rentabilidade e aproveitamento do SMM, bem como de ações de reformulação dos sistemas de transporte, tarifários, gestão da circulação e estacionamento e financiamento da operação do sistema e criação de Autoridade Regional de Transportes.

Neste âmbito as três autarquias aprovaram dois Memorandos:

- "Para uma Gestão Integrada e Otimizada do Sistema de Transportes da Região de Coimbra";
- "Sistema de Mobilidade Versus uma Política Ativa de Ordenamento do Território".

#### *B1.2. Ações demonstrativas*

Estas ações têm incidido com particular ênfase nas áreas de influência das principais estações no sentido de permitir maximizar o potencial de serviço oferecido por este sistema de transporte.

Foram estabelecidos, entre a Metro Mondego e as Autarquias, protocolos relativos ao “Programa de Reestruturação Urbana na envolvente das Estações”, no seguimento dos quais e em comunhão de esforços, se procedeu à identificação e caracterização das áreas objeto de estudos e à tipificação de metodologias de desenvolvimento ativo mais adequadas, incluindo a elaboração de estudos, planos de pormenor e/ou lançamento e desenvolvimento de unidades de execução.

Dando continuidade a essa à estratégia de colaboração, prosseguiu-se durante 2016+ ao desenvolvimento dos planos de pormenor das estações do Corvo e de Espírito Santo, prevendo-se a sua conclusão em 2017.

No momento os dois processos já se encontram com a Proposta de Plano concluída, entregues e apreciadas pelas Autarquias, tendo já decorrido consultas a algumas entidades para recolha de pareceres, faltando o envio formal à CCDRC para conferência de serviços e consulta pública, a que se seguirá a realização das adaptações eventualmente necessárias e a aprovação final.

#### **B2. Estudos, Projetos e Concurso**

Considerou-se no orçamento para 2018 um montante destinado à realização de estudos prévios relativos ao projeto Metrobus, bem como da candidatura a fundos comunitários e da

preparação de concursos para implementar o SMM. A identificação precisa das atividades a realizar em 2018 pela Metro Mondego para implementar o projeto Metrobus deverá ocorrer no quadro da tomada de decisões pela Tutela e acionistas da Metro Mondego sobre o modelo institucional a adotar para o desenvolvimento do projeto. Para efeitos de elaboração do presente PAeO 2018, pressupõe-se que em 2018 serão realizadas as seguintes atividades:

- Estudos e Projetos do Sistema Rodoviário (Metrobus): considerou-se a realização pela Metro Mondego de parte dos estudos prévios necessários para o projeto Metrobus, relativos à integração funcional do traçado na zona urbana de Coimbra, à reorganização da rede dos SMTUC, à definição final do programa de exploração do SMM e à elaboração de especificações técnicas dos veículos. Considerou-se no orçamento para 2018 um montante de 175 mil Euros para a realização destas atividades;
- Assessorias para coordenação geral do projeto: contempla assessorias técnica, financeira e jurídica para a coordenação dos estudos e projetos, elaboração de candidatura a fundos europeus e elaboração de documentos para os concursos para a implementação do SMM. Considerou-se no orçamento para 2018 um montante de cerca de 105 mil Euros para a realização destas atividades, que foi o montante possível de enquadrar na verba atribuída à Metro Mondego no Orçamento do Estado para 2018. No entanto, o valor estimado pela Metro Mondego para a realização destas atividades é superior, pelo que, a confirmar-se a sua realização sob responsabilidade da Metro Mondego, se poderá revelar necessário reforçar a sua dotação orçamental.

A realização destas atividades, envolvendo elevado volume de trabalho e complexidade, justifica o reforço da equipa técnica da Metro Mondego, tendo sido considerado no orçamento para 2018 (na rubrica “Funcionamento – Pessoal”) a contratação de dois técnicos seniores para o Departamento Técnico (que corresponde à reposição do número de colaboradores existente em 2012).

### C. Serviços Rodoviários Alternativos

No que diz respeito aos Serviços Alternativos, continuará a necessidade de assegurar a sua prestação, mantendo a Metro Mondego a responsabilidade pela pagamento dos respetivos encargos.

2018 será um ano de transição entre o atual e o novo contrato, o qual terá início em 1 de Setembro e vigorará durante 3 anos, com possibilidade de prolongamento até à data de início

da operação do SMM. O prazo do novo contrato apresenta um horizonte temporal adequado e compatível com os estabelecido no cronograma retido para a concretização da nova solução para o SMM, que prevê o início da entrada em serviço (operação) no 1º semestre de 2021.

Nesta rubrica inclui-se, para além do pagamento dos encargos decorrentes da gestão, acompanhamento e realização dos serviços rodoviários alternativos, verbas destinadas à manutenção, limpeza e melhoria das condições de funcionamento (incluindo abrigos), e também para suportes de comunicação (horários de bolso, cartazes para abrigos, etc.) e realização de inquéritos à satisfação dos clientes.

Relativamente ao custo da operação, a estimativa do seu valor têm em conta o facto, atrás referido, de o atual contrato terminar a 31 de Agosto de 2018, sendo ainda incertos os valores do novo contrato.

#### D. Comunicação e Marketing

Este ponto subordina-se à estratégia de comunicação e marketing, bem como a sua implementação, a partir do conhecimento do sistema de transporte a adotar para o SMM, recomeço das obras e necessária informação aos cidadãos.

Atento ao cronograma garantido pelo Governo, é impreterível a reconfiguração de uma estratégia de comunicação para a Metro Mondego, procedendo à mobilização de recursos que possam dar resposta adequada a este empreendimento, tendo como objetivos a promoção do modelo de transporte, a informação ao público, o acompanhamento e divulgação da evolução do projeto e a prossecução de uma estratégia comunicativa institucional.

Esta ação convoca a experiência do Departamento de Comunicação e Marketing da Metro Mondego, cujo *know-how* especializado beneficiou da sua ativa coordenação e execução do plano de marketing e de comunicação no decurso da implementação do projeto de *tram-train* então em vigor, bem como do acompanhamento quotidiano dos serviços alternativos em vigor desde 2009, que são assegurados por este departamento, composto por dois técnicos.

Com efeito, o DCM prevê um conjunto de ações e medidas de **Promoção e Divulgação do projeto SMM**, assumindo quatro objetivos: **credibilizar** (a metro mondego e o novo projeto), **informar** (sobre novo modo de transporte e traçado), **promover** (o Metrobus e o transporte público), iniciar a **captação** de futuros clientes.



## 5. ORÇAMENTO FINANCEIRO

A verba transmitida à Secretaria de Estado das Infraestruturas para comparticipação no orçamento da Metro Mondego, através da dotação central de Orçamento de Estado é de 2.000.000 €. Por analogia de anos anteriores, a cativação aplicável torna apenas disponível 1.950.000 €.

As fontes de financiamento para 2018, são as que evidenciamos no quadro seguinte:

FONTES DE FINANCIAMENTO (€)	
<b>Orçamento Estado</b>	1.950.000
<b>Rendas</b>	4.925
<b>Total</b>	<b>2.004.925</b>

Variação (redução) do endividamento:

ENDIVIDAMENTO (€)	2012	2013	2014-2018
<b>Financiamento Bancário</b>	912.582	182.516	0
<b>Variação</b>	-44%	-80%	-

Já referido anteriormente, as fontes de financiamento da Metro Mondego cingem-se às dotações de verba de Orçamento de Estado e Rendas. Não estão previstas quaisquer outras fontes de financiamento inclusive de financiamento bancário.

## Mapa de Orçamento para 2018:

APLICAÇÃO DE FUNDOS (€)	
<b>Funcionamento</b>	<b>761.425</b>
Pessoal	564.575
FSE's	165.350
Equipamento Fixo	31.500
<b>Implementação 1ª Fase (Serpins - Coimbra B)</b>	<b>801.000</b>
Serviços Alternativos Serpins-Coimbra	800.000
Interfaces (manutenção/registos)	1.000
<b>Implementação 2ª Fase (Linha do Hospital)</b>	<b>48.500</b>
Libertação da Baixa de Coimbra	48.500
<b>Promoção do Projeto</b>	<b>50.000</b>
Ações de promoção e divulgação	50.000
<b>Estudos e Planeamento</b>	<b>189.000</b>
Integração com Ordenamento do Território	14.000
Estudos e Projetos do Sistema Rodoviário	175.000
<b>Coordenação Geral</b>	<b>105.000</b>
Assessorias para coordenação geral do projeto	105.000
	<b>1.954.925</b>

ORIGEM DE FUNDOS	
<b>Orçamento Estado</b>	<b>1.950.000</b>
<b>Rendas</b>	<b>4.925</b>
	<b>1.954.925</b>

## Repartição de custos exploração 2018 (€):

<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>120.487</b>
Remunerações	113.707
Seguro Vida	700
Outros	240
SHT	80
Combustíveis	2.400
Despesas Representação	600
Comunicações	360
Deslocações e Estadas	2.160
Outros	240

<b>PESSOAL</b>	<b>482.343</b>
Remunerações	432.105
Seguros	11.892
Formação	5.930
SHT	975
Combustíveis	3.000
Despesas Representação	900
Comunicações	1.740
Deslocações e Estadas	3.600
Assessoria Jurídica	21.000
Outros	1.200

<b>FUNCIONAMENTO</b>	<b>126.421</b>
Eletricidade	6.660
Água	600
Ferr. Utens. Desg. Rápido	1.200
Livros e Doc. Técnica	1.200
Material Escritório	4.800
Renda Edifício Sede	35.641
Comunicações	3.540
Seguros	3.750
Conservação e Reparação	4.500
Limpeza	1.980
Contencioso e Notariado	2.500
Vigilância e Segurança	1.225
Contabilidade	5.400
Auditoria	10.000
Informática	14.400
Jardinagem	750
Tecnologias Informação	15.500
Manutenção Printers	1.860
Outros TE	2.650
Outros FSE's	8.265

<b>MARKETING</b>	<b>675</b>
------------------	------------

<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>718.474</b>
--------------------------------	----------------

BALANÇO INDIVIDUAL PREVISIONAL 2018 (€)						
	31-12-2017	1º T 2018	2º T 2018	3º T 2018	4º T 2018	
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis	41.580.592	42.052.382	42.564.243	43.007.516	43.479.420	
Propriedades de Investimento	192.516	192.516	192.516	192.516	192.516	
Goodwill	0	0	0	0	0	
Ativos intangíveis	86.032	87.921	79.254	70.588	61.921	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	
Participações financeiras - método de equiv. patrimonial	0	0	0	0	0	
Participações financeiras - outros métodos	0	0	0	0	0	
Acionistas/sócios	0	0	0	0	0	
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	
Ativos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>41.859.141</b>	<b>43.332.820</b>	<b>43.836.014</b>	<b>43.270.621</b>	<b>43.733.857</b>	
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários	0	0	0	0	0	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	
Clientes	0	0	0	0	0	
Adiantamentos de fornecedores	0	0	0	0	0	
Estado e outros entes públicos	162.793	170.223	146.550	222.144	150.573	
Acionistas/sócios						
Outras contas a receber	8.503	8.503	8.503	8.503	8.503	
Diferimentos	2.307	2.307	2.307	2.307	2.307	
Ativos financeiros detidos para negociação						
Outros ativos financeiros						
Ativos não correntes detidos para venda						
Caixa e depósitos bancários	2.042.559	1.566.205	1.230.275	1.918.964	1.945.297	
<b>Total</b>	<b>2.216.162</b>	<b>1.747.239</b>	<b>1.387.635</b>	<b>2.151.919</b>	<b>2.106.680</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>44.075.303</b>	<b>44.080.059</b>	<b>44.223.649</b>	<b>45.422.539</b>	<b>45.840.538</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Capital realizado	1.075.000	1.075.000	1.075.000	1.075.000	1.075.000	
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	
Reservas legais	9.654	9.654	9.654	9.654	9.654	
Outras reservas	0	0	0	0	0	
Resultados transitados	-815.273	-841.144	-841.144	-841.144	-841.144	
Ajustamentos em ativos financeiros						
Excedentes de revalorização						
Outras variações no capital próprio						
<i>Subsídios Atribuídos</i>	43.700.811	43.700.811	43.700.811	45.200.811	45.650.811	
<i>Ajustamentos em Subsídios</i>	-9.846.977	-9.855.993	-9.855.993	-10.209.738	-10.320.474	
Resultado líquido do período	-25.870	-6.933	-12.824	-17.860	-23.792	
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	
<b>Total do capital próprio</b>	<b>34.097.344</b>	<b>34.081.395</b>	<b>34.065.595</b>	<b>35.216.723</b>	<b>35.550.057</b>	
<b>PASSIVO</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	0	0	0	0	0	
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	
Responsabilidades por benefício pós emprego	0	0	0	0	0	
Passivos por impostos diferidos	9.820.951	9.818.334	9.815.457	10.145.311	10.242.065	
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>9.820.951</b>	<b>9.818.334</b>	<b>9.815.457</b>	<b>10.145.311</b>	<b>10.242.065</b>	
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	7.901	7.901	7.901	7.901	7.901	
Adiantamentos de clientes						
Estado e outros entes públicos	29.143	28.835	28.527	28.219	28.801	
Acionistas/sócios						
Financiamentos obtidos						
Outras contas a pagar	119.964	143.595	306.170	24.386	11.714	
Diferimentos	0	0	0	0	0	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>157.007</b>	<b>180.330</b>	<b>342.598</b>	<b>60.505</b>	<b>48.416</b>	
<b>Total do passivo</b>	<b>9.977.958</b>	<b>9.998.664</b>	<b>10.158.054</b>	<b>10.205.816</b>	<b>10.290.481</b>	
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>44.075.303</b>	<b>44.080.059</b>	<b>44.223.649</b>	<b>45.422.539</b>	<b>45.840.538</b>	

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL 2018 (€)					
RENDIMENTOS E GASTOS	31-12-2017	1º T 2018	2º T 2018	3º T 2018	4º T 2018
Vendas e serviços prestados	0	0	0	0	0
Subsídios à exploração	0	0	0	0	0
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0
Variação nos inventários de produção	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	584.886	181.548	374.296	531.652	702.099
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					
Fornecimentos e serviços externos	156.530	54.629	93.688	131.125	165.350
Gastos com o pessoal	453.071	135.083	295.895	422.081	564.575
Imparidade de inventários (perdas/reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)					
Provisões (aumentos/reduções)					
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos	18.017	12.865	26.883	42.095	57.307
Outros gastos e perdas	2.529	0	0	0	0
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-9.227</b>	<b>4.700</b>	<b>11.596</b>	<b>20.541</b>	<b>29.481</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	15.144	11.634	24.420	38.401	52.382
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	0	0
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-24.370</b>	<b>-6.933</b>	<b>-12.824</b>	<b>-17.860</b>	<b>-22.902</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	0	0
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>-24.370</b>	<b>-6.933</b>	<b>-12.824</b>	<b>-17.860</b>	<b>-22.902</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-1.500	0	0	0	-890
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-25.870</b>	<b>-6.933</b>	<b>-12.824</b>	<b>-17.860</b>	<b>-23.792</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 2018 (€)												
	Jan-18	Fev-18	Mar-18	Abr-18	Mai-18	Jun-18	Jul-18	Ago-18	Set-18	Out-18	Nov-18	Dez-18
<b>Atividades Operacionais</b>												
Recebimentos de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos a fornecedores	-42.262	-52.426	-67.194	-82.623	-97.705	-115.236	-129.896	-145.419	-161.284	-177.186	-187.479	-203.381
Pagamentos ao Pessoal	-51.048	-92.450	-135.083	-176.886	-218.289	-295.895	-339.275	-380.678	-422.081	-463.484	-523.182	-564.575
Caixa Gerada pelas operações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos e recebimentos imposto s/ rendimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros recebimentos/pagamentos	75.308	75.616	75.923	76.231	183.539	183.847	184.155	184.463	184.770	335.078	335.386	335.694
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Fluxos das Atividades Operacionais</b>	<b>-18.002</b>	<b>-69.261</b>	<b>-126.354</b>	<b>-183.278</b>	<b>-132.455</b>	<b>-227.284</b>	<b>-285.017</b>	<b>-341.635</b>	<b>-398.595</b>	<b>-305.592</b>	<b>-375.275</b>	<b>-432.262</b>
<b>Atividades de Investimento</b>												
Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a ativos tangíveis	-125.000	-250.000	-350.000	-350.000	-500.000	-585.000	-860.000	-1.125.000	-1.225.000	-1.335.000	-1.435.000	-1.615.000
Pagamentos respeitantes a ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a variação extraordinária dos CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de juros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de ativos tangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de subsídios de investimento	0	0	0	0	0	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.950.000	1.950.000	1.950.000
Recebimentos provenientes juros e proveitos similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Fluxos das Atividades de Investimento</b>	<b>-125.000</b>	<b>-250.000</b>	<b>-350.000</b>	<b>-350.000</b>	<b>-500.000</b>	<b>-585.000</b>	<b>640.000</b>	<b>375.000</b>	<b>275.000</b>	<b>615.000</b>	<b>515.000</b>	<b>335.000</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>												
Pagamentos respeitantes a juros e custos similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos/pagamentos de empréstimos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de aumentos de capital, prestações suplementares e prémios emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Fluxos das Atividades de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>-143.002</b>	<b>-319.261</b>	<b>-476.354</b>	<b>-533.278</b>	<b>-632.455</b>	<b>-812.284</b>	<b>354.983</b>	<b>33.365</b>	<b>-123.595</b>	<b>309.408</b>	<b>139.725</b>	<b>-97.262</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Início do Período</b>	<b>2.042.559</b>	<b>1.899.557</b>	<b>1.723.298</b>	<b>1.566.205</b>	<b>1.509.281</b>	<b>1.410.104</b>	<b>1.230.275</b>	<b>2.397.542</b>	<b>2.075.924</b>	<b>1.918.964</b>	<b>2.351.967</b>	<b>2.182.284</b>
<b>Caixa e Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>1.899.557</b>	<b>1.723.298</b>	<b>1.566.205</b>	<b>1.509.281</b>	<b>1.410.104</b>	<b>1.230.275</b>	<b>2.397.542</b>	<b>2.075.924</b>	<b>1.918.964</b>	<b>2.351.967</b>	<b>2.182.284</b>	<b>1.971.376</b>



## 6. PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2  
J

### PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

#### Introdução

1. Para os efeitos do artigo 23.º, alínea d) dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2018, da empresa **Metro Mondego, S.A.** consistindo, nos Plano de atividades e orçamento 2018.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

#### Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes do Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e consistência da sua aplicação;
  - a adequação da apresentação da informação previsional,
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 115 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROC, Lda.

2/2

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

#### Parecer

6. Em nossa opinião, com base no trabalho efetuado sobre evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional do plano de atividades e orçamento para 2018, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos, normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

#### Ênfase

8 — Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os constrangimentos expostos nos capítulos Introdução e Pressupostos para a elaboração do PAeO 2018 apresentado que por certo obrigam a uma redefinição do mesmo logo que redefinido o projeto e modelo de gestão do sistema do Metromondego.

EnColimbra, 19 de outubro de 2017

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda  
representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 31 C - 4ª Dt.ª - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)

Coimbra, 19 de Outubro de 2017

**O Conselho de Administração**

---

Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo

---

Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro

---

Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira